

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
ANEXO I – PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA/2019**

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	RISCO	RELEVÂNCIA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CLASSIFICAÇÃO AUDITORIA	OBJETIVO	ESCOPO	DATA (PREVISÃO)	EQUIPE
1	Conclusão da Auditoria de Governança em Gestão de Pessoas (Ação Conjunta de Auditoria, CTCI-JF)	Ausência de planejamento de gestão de pessoas e de diretrizes que contemplem a gestão de riscos relacionados ao capital humano; ausência de alinhamento entre a gestão de pessoas e o planejamento estratégico institucional.	Desenvolver o potencial da força de trabalho do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, instituindo políticas de desenvolvimento e valorização dos servidores; trabalhar a governança e a gestão dos recursos humanos em sintonia com a estratégia dos órgãos da Justiça Federal.	Lei 8.112/1990, Jurisprudência do TCU (Acórdão TCU 3.023/2013 – Plenário) e normas correlatas	Operacional	Avaliar a situação da governança em gestão de pessoas no CJF e na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, com foco em riscos.	Processos de trabalho relacionados à governança em gestão de pessoas; planejamento estratégico da área de gestão de pessoas e dos órgãos da Justiça Federal.	janeiro a março	4 servidores
2	Auditoria Coordenada (CNJ) nas áreas contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional	A definir pelo CNJ.	A definir pelo CNJ.	A definir pelo CNJ.	Contábil	Avaliar a adequação orçamentária e financeira; a sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais; a avaliação das metas do Plano Plurianual (PPA) e a execução dos programas, do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, com identificação de que forma tais instrumentos de ação de governo têm melhorado os serviços do Poder Judiciário prestados à sociedade.	A definir pelo CNJ.	abril a junho	4 servidores

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
ANEXO I – PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA/2019

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	RISCO	RELEVÂNCIA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CLASSIFICAÇÃO AUDITORIA	OBJETIVO	ESCOPO	DATA (PREVISÃO)	EQUIPE
3	Auditoria Coordenada (CNJ) da gestão documental	A definir pelo CNJ.	A definir pelo CNJ.	A definir pelo CNJ.	Conformidade	Avaliar a criação, manutenção, utilização e prazos de conservação de documentos, assim como as rotinas para gerenciamento de acervos de documentos administrativos e processos judiciais – que apoiam o processo de decisão, a preservação da memória institucional e a comprovação de direitos – e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte.	A definir pelo CNJ.	setembro a novembro	4 servidores
4	Auditoria no Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Atuação das unidades administrativas em desacordo com as normas que regem as respectivas áreas; ineficiência dos sistemas de controles internos administrativos.	Unificação de procedimentos nas unidades administrativas na Justiça Federal; fortalecimento dos sistemas de controles internos administrativos dos processos de trabalhos estratégicos dos órgãos da Justiça Federal.	Constituição Federal de 1988, Lei Complementar 101/2001, Decreto 5.450/2005, Decreto 2.271/1997, Lei 11.416/2006, Lei 10.520/2002, Lei 8.666/1993, Lei 8.112/1990, Resoluções do CNJ e do CJF, Jurisprudência do TCU e normas correlatas	Operacional e Conformidade	Unificar procedimentos das unidades administrativas da Justiça Federal, avaliando os controles internos administrativos dos processos de trabalho estratégicos.	Análise amostral de processos de trabalho e procedimentos da área administrativa do TRF da 1ª Região; monitoramento das recomendações emitidas na última auditoria.	fevereiro a maio	6 servidores
5	Auditoria no Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Atuação das unidades administrativas em desacordo com as normas que regem as respectivas áreas; ineficiência dos sistemas de controles internos administrativos	Unificação de procedimentos nas unidades administrativas na Justiça Federal; fortalecimento dos sistemas de controles internos administrativos dos processos de trabalhos estratégicos dos órgãos da Justiça Federal.	Constituição Federal de 1988, Lei Complementar 101/2001, Decreto 5.450/2005, Decreto 2.271/1997, Lei 11.416/2006, Lei 10.520/2002, Lei 8.666/1993, Lei 8.112/1990, Resoluções do CNJ e do CJF, Jurisprudência do TCU e normas correlatas	Operacional e Conformidade	Unificar procedimentos das unidades administrativas da Justiça Federal, avaliando os controles internos administrativos dos processos de trabalho estratégicos.	Análise amostral de processos de trabalho e procedimentos da área administrativa do TRF da 4ª Região; monitoramento das recomendações emitidas na última auditoria.	maio a agosto	6 servidores

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
ANEXO I – PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA/2019

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	RISCO	RELEVÂNCIA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CLASSIFICAÇÃO AUDITORIA	OBJETIVO	ESCOPO	DATA (PREVISÃO)	EQUIPE
6	Auditoria no Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Atuação das unidades administrativas em desacordo com as normas que regem as respectivas áreas; ineficiência dos sistemas de controles internos administrativos.	Unificação de procedimentos nas unidades administrativas na Justiça Federal; fortalecimento dos sistemas de controles internos dos processos de trabalhos estratégicos dos órgãos da Justiça Federal.	Constituição Federal de 1988, Lei Complementar 101/2001, Decreto 5.450/2005, Decreto 2.271/1997, Lei 11.416/2006, Lei 10.520/2002, Lei 8.666/1993, Lei 8.112/1990, Resoluções do CNJ e do CJF, Jurisprudência do TCU e normas correlatas.	Operacional e Conformidade	Unificar procedimentos das unidades administrativas da Justiça Federal, avaliando os controles internos dos processos de trabalho estratégicos.	Análise amostral de processos de trabalho e procedimentos da área administrativa do TRF da 5ª Região; monitoramento das recomendações emitidas na última auditoria.	agosto a novembro	6 servidores
7	Auditoria da Gestão Patrimonial dos Bens Móveis	Atuação das unidades administrativas em desacordo com as normas que regem as respectivas áreas; ineficiência dos sistemas de controles internos administrativos.	Adequação às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e aprimoramento dos controles administrativos.	Constituição Federal de 1988, Lei 4.320/64, Lei 8.666/93, normas da Secretaria do Tesouro Nacional, jurisprudência do TCU, normativos do CNJ, CJF	Contábil e conformidade	Avaliar a gestão dos bens móveis quanto à existência de controles, observância às normas e procedimentos relacionados ao registro e a baixa dos bens patrimoniais, bem como proceder a confirmação da existência física dos bens.	Análise dos procedimentos adotados em relação à gestão do patrimônio.	agosto a novembro	4 servidores
8	Auditoria de gestão	Impropriedade nos atos de gestão acerca da legalidade, legitimidade e economicidade, que impedem o alcance dos objetivos e metas do CJF.	Elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão, peça integrante do Prestação de Contas.	Lei 8443/1992; Instrução normativa TCU 63/2010; Resoluções TCU 234/2010 e Decisões Normativas do TCU específicas para o exercício de 2018	Gestão	Avaliar o alcance dos objetivos e das metas do Órgão constantes no Planejamento Estratégico Institucional; a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão; a confiabilidade dos controles internos; o desempenho da gestão e a exatidão das demonstrações contábeis do CJF, de acordo com as normas editadas pelo Tribunal de Contas da União para a elaboração da Prestação de Contas do exercício financeiro de 2018.	Relatório de Gestão, documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de 2018, de acordo com os conteúdos exigidos na DN do TCU.	abril a junho	4 servidores

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
ANEXO I – PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA/2019**

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	RISCO	RELEVÂNCIA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CLASSIFICAÇÃO AUDITORIA	OBJETIVO	ESCOPO	DATA (PREVISÃO)	EQUIPE
9	Auditoria em processo de contratação de prestação de serviços terceirizados do CJF	Impropriedades em atos da gestão de contratos administrativos, possíveis descumprimentos de cláusula contratuais.	Cumprimento de formalidades, preceitos legais e exigências oriundas do TCU.	Lei 8.666/1993, manual do gestor de contratos do STJ, Jurisprudência do TCU e normas correlatas	Conformidade	Avaliar controles internos administrativos, a gestão e a execução de contrato de serviços terceirizados.	Amostra de processo de contratação de prestação de serviços terceirizados.	fevereiro a julho	4 servidores
10	Auditoria em processos de contratação por Registro de Preços (SRP) do CJF	Inobservância de dispositivos legais por parte da gestão que acarretem possíveis prejuízos para a administração.	Cumprimento de formalidades, preceitos legais e exigências oriundas do TCU.	Lei 8.666/1993, Decreto 7.892/2013, manual do gestor de contratos do STJ, Jurisprudência do TCU e normas correlatas	Conformidade	Avaliar a regularidade de procedimentos em processos de Atas de Registro de Preços (SRP).	Amostra de processos de Atas de Registro de Preços (SRP).	agosto a dezembro	4 servidores
11	Conclusão da Auditoria do planejamento da contratação e fase interna da licitação do CJF	Impropriedades no planejamento das contratações, dando a origem a termos de referência deficientes e ocasionando contratações não vantajosas para o Poder Público. Comprometimento da execução contratual em razão da falha no planejamento da contratação.	Cumprimento de formalidades, preceitos legais e exigências oriundas do TCU.	Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Decreto 5.450/2005, Instrução Normativa CNJ 44/2012, Resoluções CNJ 182/2013, 169/2013 e 183/2013, Instrução Normativa 04/2014-MPOG, Instrução Normativa 05/2017 – MPOG, Acórdãos do TCU sobre planejamento das contratações	Conformidade	Avaliar documentos utilizados para formalização do planejamento das contratações, estudos técnicos preliminares, instrumentos de planejamento das contratações.	Processos de contratação de prestação de serviços e/ou de materiais, procedimentos desde a oficialização da demanda até a aprovação do TR.	janeiro a julho	4 servidores
12	Auditoria na fase externa da licitação de contratação de serviços para o CJF	Impropriedades na fase de seleção do fornecedor relacionados ao procedimento licitatório – pregão eletrônico, que levam à inadequada utilização de recursos públicos.	Cumprimento de formalidades, preceitos legais e exigências oriundas do TCU.	Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Decreto 5.450/2005, IN CNJ 44/2012, IN 04/2014-MPOG, IN 05/2017 - MPOG. Resoluções CNJ 182/2013, 169/2013 e 183/2013. Acórdãos do TCU sobre seleção do fornecedor	Conformidade	Avaliar o conteúdo de documentos relacionados à seleção do fornecedor, da aprovação do TR à publicação do contrato.	Processos de contratação de prestação de serviços terceirizados decorrentes de pregão eletrônico.	agosto a dezembro	3 servidores

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
ANEXO I – PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA/2019**

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	RISCO	RELEVÂNCIA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CLASSIFICAÇÃO AUDITORIA	OBJETIVO	ESCOPO	DATA (PREVISÃO)	EQUIPE
13	Conclusão da Auditoria na folha de pagamento de pessoal do CJF	Inobservância de procedimentos e dispositivos legais no cadastro e/ou nos pagamentos de pessoal relativos a remunerações, retenções, benefícios, reposições, causando danos ao erário e/ou aos servidores.	Materialidade dos recursos envolvidos no pagamento dos servidores, e a criticidade quanto a não-aderência a normativos internos.	Leis 8.112/90, 9.421/96, 11.416/06, Resolução CJF 003, 004 de 2008,221/2012,401/2004, Jurisprudência do TCU e normas correlatas	Conformidade	Verificar a regularidade dos pagamentos de verbas remuneratórias, vantagens, benefícios na folha de pagamento, bem como averiguar a regularidade das substituições, cessões, concessão de férias.	Amostras da folha de pagamento, dados do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH), do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIARH), e do Sistema de Rubricas (SISUR)	janeiro a agosto	5 servidores
14	Monitoramento da auditoria nas contratações relacionadas às construções da Seção Judiciária de Minas Gerais	Inadequações na concepção do Programa de Necessidades; irregularidades na fase de projetos; contratação de serviços por preços superiores aos de referência (SINAPI).	Adequação das rotinas administrativas relacionadas à contratação das obras constantes da Seção Judiciária de Minas Gerais.	Lei 8.666/1993, Lei 6.496/1977, Lei 5.194/1966, Resolução CNJ 114/2010, Jurisprudência do TCU e normas correlatas	Conformidade	Analisar a aderência e o cumprimento das recomendações emitidas na auditoria.	Programas de Necessidades, Projetos Básico e Executivo e Planilhas de Custos das obras em andamento na Seção Judiciária de Minas Gerais.	fevereiro a maio	3 servidores
15	Monitoramento da Auditoria do Pró-ser	Divergência das informações entre os sistemas do CJF e STJ e aplicação indevida dos descontos na prestação de assistência médica do Pró-ser e de acordo com a legislação vigente.	Conformidade das informações cadastrais e a aplicação dos descontos devidos.	Lei 3.373/1958, Lei 8.112/1990, Lei 8.666/1993, Ato Deliberativo STJ 98/2013, Certidões de Julgamento do Conselho Deliberativo do PRÓ-SER e normas correlatas	Operacional e conformidade	Verificar a compatibilidade das informações registradas nos sistemas de cadastro do CJF e do STJ no Pró-ser e a adequação dos descontos dos servidores de acordo com a legislação vigente.	Servidores do Conselho da Justiça Federal que são beneficiários do Pró-ser.	janeiro a março	3 servidores
16	Monitoramento da auditoria da execução, da compatibilidade de valores e da gestão do contrato de vigilância do CJF	Não implementação das recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.	Conformidade e eficiência da atuação administrativa.	Lei 8.666/1993, manual do gestor de contratos do STJ, Decreto 5.707/2006, jurisprudência do TCU e normas correlatas	Conformidade	Verificar a aderência do cumprimento das recomendações destinadas às unidades administrativas.	Relatório da auditoria da execução, da compatibilidade de valores e da gestão do contrato de vigilância do CJF.	janeiro a dezembro	4 servidores

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
ANEXO I – PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA/2019

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	RISCO	RELEVÂNCIA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CLASSIFICAÇÃO AUDITORIA	OBJETIVO	ESCOPO	DATA (PREVISÃO)	EQUIPE
17	Monitoramento da auditoria na Fiscalização/Gestão da contratação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva do CJF	Não implementação das recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.	Conformidade e eficiência da atuação administrativa.	Lei 8.666/1993, manual do gestor de contratos do STJ, Decreto 5.707/2006, jurisprudência do TCU e normas correlatas	Conformidade	Verificar a aderência do cumprimento das recomendações destinadas às unidades administrativas.	Relatório da auditoria na Fiscalização/Gestão da contratação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva do CJF.	janeiro a dezembro	4 servidores
18	Monitoramento das Informações emitidas pela SEAUCO, em 2016/2017, no âmbito do CJF	Não implementação das recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.	conformidade e eficiência da atuação administrativa.	Lei n. 8.666/1993, manual do gestor de contratos do STJ, jurisprudência do TCU e normas correlatas	Conformidade	Verificar a aderência do cumprimento das recomendações destinadas às unidades administrativas nos processos correlatos.	Processos administrativos em que foram acostadas as informações.	janeiro a dezembro	2 servidores
19	Monitoramento das Informações emitidas pela SEALDI, em 2017, no âmbito do CJF	Não implementação das recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.	Conformidade e eficiência da atuação administrativa.	Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Decreto 5.450/2005, IN CNJ 44/2012, IN 04/2014-MPOG, IN 05/2017 - MPOG. Resoluções CNJ 182/2013, 169/2013 e 183/2013, Acórdãos do TCU	Conformidade	Verificar a aderência do cumprimento das recomendações destinadas às unidades administrativas nos processos correlatos.	Processos administrativos onde foram acostadas as informações.	janeiro a dezembro	2 servidores
20	Monitoramento das Informações emitidas pela SEAPES, em 2016/2018, no âmbito do CJF	Não implementação das recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.	Conformidade e eficiência da atuação administrativa.	Leis 8.112/90, 9.421/96, 11.416/06, resoluções do CJF, Jurisprudência do TCU e normas correlatas que tratam da área de pessoal	Conformidade	Verificar a aderência do cumprimento das recomendações destinadas às unidades administrativas nos processos correlatos.	Processos administrativos onde foram acostadas as informações sobre o Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH), o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIARH) e o Sistema de Rubricas (SISUR).	janeiro a dezembro	3 servidores
21	Informações emitidas pela SUALP, em 2016/2018, no âmbito do CJF	Não implementação das recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.	Conformidade e eficiência da atuação administrativa.	Leis 8.112/90, 8.666/93, resoluções do CJF, Jurisprudência do TCU e normas correlatas que tratam de pessoal, de diárias e passagens	Conformidade	Verificar a aderência do cumprimento das recomendações destinadas às unidades administrativas nos processos correlatos.	Processos administrativos onde foram acostadas as informações.	janeiro a dezembro	2 servidores